

XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA

29 de maio a 01 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE)

Grupo de Trabalho: GT 25, Sociologia da Cultura

Título do trabalho: Patrimônio cultural, memória e cidadania

Nome dos autores: Ana Cleide Chiarotti Cesário – Universidade Estadual de Londrina

anacesario@sercomtel.com.br

Joana D'Arc Moreira Nollí – Universidade Estadual de Londrina

joana@dnconnect.com.br

1. Introdução

O Governo do Paraná, na década de 1980, produziu uma mudança na sua política de preservação do Patrimônio material e imaterial, em especial no período de 1985 a 1987, quando a Coordenadoria do Patrimônio Cultural, órgão da Secretaria de Estado da Cultura, instituiu uma abordagem antropológica do patrimônio, desenvolvendo um trabalho de registro da memória coletiva, envolvendo vários grupos na produção do passado – a partir de suas condições presentes –, trabalho que resultou na publicação dos Cadernos do Patrimônio. São desse período as publicações: *Fazenda Capão Alto*, *A represa e os colonos*, *Tropeirismo: um modo de vida* e *Tombamento da Serra do Mar*.

Assim, houve o estímulo ao aparecimento de novos *agentes*, em várias regiões paranaenses, que se ocuparam da reconstituição da memória, participando de programas que se debruçaram sobre a identificação e reconhecimento do patrimônio cultural.

Essa política formulada pelo Estado do Paraná deve ser compreendida como parte de um interesse geral despertado pelo debate em torno da Constituinte e, em particular, vinculado à discussão sobre o patrimônio, orientada por uma concepção em que o conceito antropológico de cultura ganhou relevo. Embora essa discussão tenha sido mais intensa no mundo acadêmico, acabou por influenciar a Carta de 1988, no seu artigo 216, inclusive incorporando a ele a denominação *patrimônio cultural*. Em meados dos anos 1980, os trabalhos de Antônio Augusto Arantes (ARANTES, 1984) e de José Guilherme Cantor Magnani (MAGNANI, 1984, 1985a e 1985b) aqueceram o debate acadêmico sobre a perspectiva antropológica na abordagem do patrimônio, inserindo os cientistas sociais num entremeio formado por outras áreas de conhecimento que, tradicionalmente, vinham trabalhando a questão, notadamente a História e a Arquitetura.

No Paraná, por conta dessas condições sócio-históricas, setores da sociedade civil envolveram-se no debate e a mobilização mais intensa se deu pela defesa de um bem natural – com suas implicações culturais e políticas –, pelo tombamento da Serra do Mar. Todavia, a principal novidade se constituiu pela adoção dessa política adotada pela Coordenadoria que, ao desenvolver programas de reconstituição e registro da

memória, considerava o tombamento apenas como um entre outros recursos utilizados pelas políticas de preservação e não mais como um instituto legal determinante. A idéia era que, ao se envolver grupos e populações no processo de registro da memória e de reconhecimento do patrimônio cultural, novas alternativas de preservação poderiam ser formuladas e as iniciativas de tombamento, quando surgissem, seriam resultados dessas ações culturais. Dois desses programas merecem destaque: *Os caminhos das tropas* e *Os caminhos do café no Paraná*.

Como parte dessa orientação, e por iniciativa de Magnani – então à frente da Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná –, constituiu-se o Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina (IPAC-Lda/PR), um novo *agente* que, por meio do programa *Os caminhos do café no Paraná*, reuniu pesquisadores e alunos da Universidade Estadual de Londrina (UEL), envolvendo diferentes populações do norte do Paraná num processo de reconstituição da memória coletiva e de identificação e (re)significação do patrimônio cultural, instalando um trabalho acerca de identidades e buscando instituir espaços públicos de cidadania.

Hoje, após vinte anos de existência, é possível avaliar os programas e ações do IPAC-Lda/PR dentro de um *campo* no qual a luta por capital simbólico envolve os profissionais que se ocupam com o patrimônio cultural, o Estado e também os cidadãos com direito à memória.

2. O patrimônio cultural como um *campo* de luta entre concorrentes

O patrimônio cultural constitui um *campo* de luta pelo *poder simbólico*, “*esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem*” (BOURDIEU, 2001, p.7-8).

O sentido atribuído por Pierre Bourdieu ao *poder simbólico* não é certamente o de um tipo de dominação que age furtivamente. O que o autor pretende é chamar atenção para o fato de que nem sempre ele se mostra com facilidade, havendo a necessidade de descobri-lo onde se deixa ver menos, onde é ignorado e não reconhecido. O *poder simbólico* requer a compreensão do *campo* onde se encontra e dos mecanismos que, colocados em funcionamento, podem lhe dar visibilidade.

A noção de *campo* aqui está referida à *sociologia praxiológica* de Bourdieu, que busca um gênero de conhecimento que articula dialeticamente o ator e a estrutura social.

Desse modo, o *campo* é compreendido como o *lócus* onde se trava uma luta concorrencial entre atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área

em questão, sendo possível determinar diferentes campos: da ciência, da arte, da política, da religião, etc...

Nesses espaços, os *agentes* se movem, a partir de posições que se encontram *a priori* fixadas, desenvolvendo práticas que são produtos de uma relação dialética entre uma situação e um *habitus*, isto é, um sistema de disposições duráveis, uma matriz de percepção, apreciação e de ação, que se realiza em determinadas condições sociais (ORTIZ, 1983). O *habitus* cria a possibilidade de entendermos a produção do passado por meio de disposições duráveis que, ao serem interiorizadas pelos indivíduos, estruturam identidades e, quando exteriorizadas, assumem função estruturante da memória de uma sociedade.

Os agentes de um *campo* orientam-se por uma *doxa* (opinião), “um tipo de conhecimento prático” (BOURDIEU e EAGLETON, In ZIZEK, 1999, p.273), diferente, portanto, da ideologia, que tende a criar uma *ortodoxia* - a opinião dominante - e as *heterodoxias*, estas entendidas como opiniões que se contrapõem ao que é hegemônico. A *doxa*, de certo modo, delimita o funcionamento do *campo* e do sistema de relações entre as posições ocupadas por aqueles capazes de produzi-lo, reproduzi-lo e utilizá-lo.

Essa maneira como Bourdieu concebe a sociedade pode ser útil ao entendimento do patrimônio cultural como um *campo* onde ocorrem *trocias simbólicas* e uma disputa por um poder que se qualifica não apenas por ser político, mas, sobretudo, cultural. Contudo, há uma questão limitadora no conhecimento *praxiológico*, pois acentua a reprodução social, relegando os processos de mudança e de transformação ao segundo plano. Para que essa tensão entre a reprodução e a transformação, presente na concepção teórica de Bourdieu possa ser superada, é necessário que a história do *campo* seja levada em consideração, pois sabe-se que ela resulta de disputa entre concorrentes situados no seu interior.

Tendo esse quadro como referência, o patrimônio cultural se mostra como um *campo* regido por valores simbólicos atribuídos à identidade e à memória.

Por que a ênfase nesses dois elementos? Por se tratarem de valores constantemente significados e (re)significados pelo Estado-nação no processo de construção da nacionalidade e da produção do passado.

Quando o Estado formula e executa uma política oficial de patrimônio, produz também uma narrativa sobre a memória nacional e sobre a preservação de bens patrimoniais, tanto os materiais como os imateriais. Configura-se ainda, regiões nessa área específica onde se situam os *produtores* do que deve ser considerado herança cultural e os *consumidores* dos bens patrimoniais – os cidadãos – estes, geralmente situados nas margens do *campo*. Falar em *produtores* e *consumidores* não significa

desqualificar o *campo*, mas ao contrário, a exemplo de Pierre Bourdieu, demarcá-lo em áreas onde se situam os que decidem e formulam as políticas de preservação e os lugares ocupados por aqueles que se credenciam à fruição dos bens materiais e intangíveis que constituem a memória. Aqueles que, por não deterem o saber especializado, se colocam apenas na condição de *consumidores* e não de *produtores* de uma memória, via de regra, representativa dos feitos das elites e de uma produção material passível de ser preservada devido o seu caráter de excepcionalidade.

Vários *agentes* participam do *campo* do patrimônio cultural: os detentores de um saber especializado que os credencia a participar dessa área do conhecimento entendida como do âmbito da cultura, mas que pertence também ao domínio da política; o próprio Estado, ora utilizando-se da ordem jurídica – especialmente pela aplicação da lei do tombamento –, ora formulando políticas públicas de preservação de caráter mais amplo, funções de indiscutível proeminência institucional.

Tomando a teoria das *trocas simbólicas* como referência, tais *agentes* podem ser denominados de *empresários da cultura* e cujo papel é fazer circular o *capital simbólico* na sociedade civil, *a priori*, o lugar onde se encontram os destinatários para os quais se destinam esses bens patrimoniais.

São vários os profissionais que se envolvem com o patrimônio cultural: arquitetos, historiadores, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, engenheiros, juristas, etc... Via de regra, atuam em órgãos governamentais, conselhos de Estado e na sociedade civil, especialmente em organizações não governamentais e universidades. Esta diversidade se deve ao caráter multidisciplinar de que se reveste a questão, o que acaba por estabelecer um “entremeio” no qual diferentes conhecimentos instauram uma luta por *capital simbólico* e político.

Todavia, não se deve pensar o patrimônio apenas como um *campo* de disputas culturais e políticas, pois envolve também interesses econômicos que podem gerar antagonismos entre a esfera privada – o direito à propriedade particular – e a esfera dos assuntos públicos onde ocorrem as políticas de preservação do patrimônio, muitas delas também motivadas por interesses econômicos, contudo voltadas para o bem comum, a exemplo de projetos urbanísticos com ênfase no desenvolvimento da cidade.

A história da institucionalização do patrimônio cultural no Brasil revela como as diferentes concepções/*opiniões* foram sendo formuladas por agentes dos *campos* da arte, da cultura e da ciência que, com suas ações, politizaram a questão no âmbito do Estado e da sociedade civil.

Já se sabe que a maior parte dessas iniciativas se inscreveu nas esferas do poder federal e que somente recebeu abordagem sistemática a partir das cartas

constitucionais dos primeiros anos de 1930. A Constituição de 1934 legisla sobre o impedimento à evasão de obras de arte do país. Neste texto, percebe-se um abrandamento do direito de propriedade privada quando esta se revestisse de função social. (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 44). Esta disposição será sancionada pela Constituição de 1937, tornando-se decisiva para a proteção do patrimônio brasileiro, pois submete, por meio da ingerência do Estado, a propriedade privada ao interesse coletivo.

O processo de institucionalização, na sua origem, foi influenciado pelo movimento modernista, tendo Mário de Andrade como agente capaz de influir junto ao Ministério da Educação e Saúde pela proximidade que estabeleceu com Gustavo Capanema, com o recém criado Serviço do Patrimônio Nacional e com a equipe coordenada por Rodrigo de Melo Franco de Andrade para quem formulou um anteprojeto de política de preservação do patrimônio brasileiro. Tal influência, que está na origem da formulação de uma *doxa* para a política oficial de preservação do patrimônio cultural, embora tenha evitado que a produção do passado, durante o Estado Novo, enveredasse por um caminho neofascista, não se tornou hegemônica naquele momento, pois ia muito além de um programa orientado pela *pedra e cal*, propondo uma política que enfatizava também os bens etnográficos, o saber e o fazer, portanto os aspectos não materiais da cultura, os bens intangíveis. É assim que na origem do *campo* encontra-se uma tensão entre a visão ufanista do Estado Novo e do anteprojeto marioandradino, que “tornou-se um paradigma, uma meta a ser perseguida pelas políticas de patrimônio nacional: um verdadeiro *mito de origem*, fonte do discurso renovador nos momentos de revisão crítica” (RIBEIRO, 1991, apud KERSTEN, 2000, p. 82).

Esta tensão nada mais é do que a luta por capital político e simbólico que opõe de um lado aqueles que concebem o patrimônio pela sua excepcionalidade definida pelos padrões europeus e, de outro, a afirmação da cultura nacional, com ênfase nas manifestações populares.

Somente nos anos 1980 é que os valores defendidos por Mário de Andrade ganham terreno junto à *ortodoxia*, ocorrendo o tombamento de alguns espaços de convívio de modos de vida de comunidades como mercados públicos e terreiros de culto religioso negro. Era o prenúncio de uma revisão do *campo* da preservação dos bens culturais e da superação de práticas orientadas para a recuperação do palaciano, do plástico e do notável, revisão que será formalizada na nova Constituição.

A Carta Constitucional promulgada em 1988 retomou alguns pressupostos preservacionistas sugeridos por Mário de Andrade e Aloísio Magalhães, reafirmando que a ação em prol do patrimônio

devia se desenvolver independentemente da ação de tombamento e devia basear-se na referencialidade dos bens. Além disso, as disposições contidas no artigo 215 reiteraram a proteção às manifestações populares indígenas e afro-brasileiras ou de quaisquer outros segmentos étnicos nacionais, propondo, inclusive, a fixação de efemérides ou datas comemorativas concernentes aos respectivos interesses (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 51).

A análise do processo revela a presença de um *habitus* trabalhado pelo Estado por meio da herança cultural que tenta interiorizar nos indivíduos valores identitários que são também estruturantes da memória nacional.

Intelectuais, políticos e artistas que compõem o *campo*, representantes da elite brasileira, disputam visões diferentes sobre o patrimônio e a memória nacional, delas, inclusive, fazendo uso e buscando exercer hegemonia sobre aqueles a quem os bens patrimoniais se destinam, os cidadãos, via de regra, na situação de *consumidores*, isto é, sem possibilidades de participação no processo de produção do passado.

A *ortodoxia*, a *doxa* dominante, fundamenta-se no domínio do Estado que se instrumentaliza no saber de intelectuais próximos ao governo, tornando, assim, exeqüíveis as políticas públicas de preservação.

Essa opinião dominante entende a memória como fundação da nacionalidade e, embora seja preceito constitucional, mas de modo ainda tímido, aponta para um outro sentido: a memória como um direito reservado ao cidadão de poder fruir os bens preservados, tanto os que se revestem de um valor de excepcionalidade quanto os que representam a cultura e os modos de vida de diferentes grupos sociais. Contudo, esta noção de direito à memória revela um sentido de direito outorgado.

O que se quer aqui discutir é a possibilidade de instituição do direito à memória não de modo outorgado, mas por meio da participação de grupos que, ao se envolverem com políticas culturais voltadas para o patrimônio, desenvolvem a consciência do *direito a ter direito* à memória (ARENDRT apud LEFORT, 1991, p. 55), dispondo-se a participar do processo de produção do passado.

Esta é a *doxa* que orientou um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina quando, por meio de um convênio estabelecido com a Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, criou o Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina, IPAC/Lda.

3. Um programa de política cultural

A composição do IPAC/Lda não é diferente da composição de outros grupos que trabalham nessa área, pois desde o seu início, em 1986, o projeto contou com sociólogos, antropólogos, historiadores, arquitetos e engenheiros, todos pertencentes à Universidade Estadual de Londrina (UEL), contando também com a participação de alunos dos cursos de graduação dessas áreas.

Desse modo, instalou-se, desde o início do primeiro projeto, o que se convencionou chamar de *política do conhecimento*,

[...] um encontro da História e da Arquitetura com a Antropologia, a Sociologia, a Ciência Política e a Lingüística (que) não se deu simplesmente como encontro de 'olhares complementares', mas como 'entremeio de áreas do conhecimento' que reivindicam seus lugares, convocando teorias e métodos próprios diante das questões relativas ao patrimônio. (ALMEIDA et al., 2002, p. 40).

Na origem dos trabalhos do IPAC/Lda., a concepção antropológica de cultura foi o elemento norteador das atividades do grupo que passou a olhar o patrimônio como produção e reprodução de bens materiais e também como produção e reprodução de bens simbólicos. Levou-se em consideração que é por meio de bens simbólicos que o homem organiza sua vida em sociedade e internaliza os códigos presentes na produção material e não material dos grupos sociais em que vive. Portanto, todo homem produz cultura. (GEERTZ apud ALMEIDA et al., 2002, p. 37).

A *doxa* do IPAC /Lda, inspirada na concepção marioandradina, aprofundou-a, pois considerou que *Os caminhos do café no Paraná* – primeiro projeto realizado – deveria inventariar as manifestações culturais, materiais e simbólicas significativas para os segmentos sociais do norte do Paraná, apreendendo, inclusive, redes de sociabilidade, modos de vida, relacionando, portanto, cotidiano e memória da cafeicultura.

Foi assim que *Os Caminhos do café no Paraná* desenvolveu um programa de *política cultural* e de memória coletiva, numa região de colonização recente¹, o que permitiu envolver atores, grupos e populações que participaram do processo de ocupação da região e seus descendentes. O valor do bem patrimonial foi apreendido pela referencialidade obtida junto aos cidadãos envolvidos no processo de produção do passado e da constituição da memória coletiva, por meio de lembranças individuais

¹ Londrina e a região conhecida por Norte Novo do Paraná foram colonizadas a partir do final da década de 1920, um processo orientado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa formada por capitais ingleses e nacionais.

relacionadas a outros indivíduos, grupos e instituições (HALBWACHS, 1990, p. 88). Um processo que considera a história contada não apenas por protagonistas, mas também por coadjuvantes, desvendando micro-relações e espaços intersticiais criados no cotidiano e articulados a processos sociais mais amplos, expressando a história circunstancial (MARTINS apud ALMEIDA et. al., 2002, p. 37).

Foi assim que a arquitetura de madeira de bairros populares da cidade; antigos bairros rurais, hoje incorporados a áreas suburbanas; edificações e equipamentos da cafeicultura foram significados e (re)significados pelos grupos e segmentos sociais que participaram dos programas do IPAC/Lda. Não somente as cidades foram reveladas, como também o mundo rural, em virtude da sua forte influência no modo de vida urbano de Londrina e região.

O modo encontrado de devolver às populações o registro do patrimônio e da memória coletiva foi o mesmo anteriormente adotado pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, a edição dos **Cadernos do Patrimônio**. É certo que os Cadernos do IPAC revelam uma metodologia própria e, principalmente, o registro da memória de uma região até então esquecida pela política de preservação do Paraná. A série é composta pelas publicações: *Onde o bairro é a casa; Heimtal: o passado e o presente no vale dos alemães; Rolândia: a casa dos alemães; Memória & Cotidiano. Cenas do norte do Paraná: escritos que se recompõem; Ribeirão Claro, 1908 - (...) Patrimônio e Memória Coletiva; Memória e cotidiano do Bosque.*

O registro dessa memória foi realizado por meio de um intenso envolvimento dos pesquisadores com os grupos e comunidades estudados – comportamento próprio da pesquisa antropológica – e de ações sistematizadas como: mostras fotográficas, oficinas de memória, gincanas com jovens e pelo subprojeto *O IPAC vai à Escola*.

O IPAC manteve também, sob o título *Memória e Cotidiano*, um programa na Rádio Universidade e uma coluna semanal no jornal Folha de Londrina, esta última ação, durante quatro anos. Paralelamente à extensão universitária, o IPAC subsidiou uma dissertação sobre a Vila Casoni e duas teses, sendo a primeira a respeito do Heimtal e a segunda sobre a Arquitetura de Madeira.

Embora o tombamento e a preservação de bens materiais não tenham sido iniciativas enfatizadas pelos programas desenvolvidos pelo IPAC/Lda., algumas medidas acabaram sendo tomadas neste sentido – por segmentos da sociedade civil ou pelos poderes locais – influenciadas pelas ações de política cultural do grupo de pesquisadores: tombamento estadual do Cine Teatro Ouro Verde (Obra de Villanova Artigas, em Londrina), da Ponte Pêncil Alves de Lima (Ribeirão Claro) e dos Painéis de Eugênio Sigaud da Catedral de Jacarezinho; restauro das Capelas da Bratslawa (Cambé), de São Miguel Arcanjo (Heimtal/Londrina) e da Igreja Luterana (Rolândia);

instalação da Secretaria de Cultura do Município de Ribeirão Claro na antiga casa de Luiz Carlos Paraná; assessoria à criação do Parque Danzinger Hof (Cambé); transferência de uma casa de madeira, construída em 1945, do centro da cidade de Londrina para o campus da UEL, hoje sede do projeto.

Atualmente, a experiência do IPAC/Lda. permite considerar que:

- a) é possível identificar e empreender estudos sobre o patrimônio cultural e a memória em cidades e regiões de formação recente, desde que se considere a dimensão cultural do patrimônio e o caráter coletivo da memória;
- b) o desenvolvimento de uma política cultural – articuladora de extensão, pesquisa e ensino universitários – e não simplesmente a intervenção meramente pontual, pode aumentar as chances de envolvimento de populações na produção da memória coletiva, com possibilidade, inclusive, de notabilizar, os coadjuvantes do processo.
- c) ao considerar o patrimônio a partir da referencialidade obtida junto às populações envolvidas, bens materiais e expressões simbólicas aparentemente “banais” podem ser significados e (re)significados por aqueles que os produziram ou que deles usufruem, merecendo, em alguns casos, ser notabilizados.

Desse modo, formula-se uma nova *doxa* que retira o cidadão da mera posição de *consumidor* – aquele que pode fruir do bem patrimonial – trazendo-o para dentro do *campo*, incorporando-o ao processo de produção do passado, criando a possibilidade de participação na disputa por *capital simbólico*, característica desse espaço onde se formulam as políticas de preservação.

Nesse processo, a cidade tem se mostrado como espaço público estratégico para a instituição do direito à memória, lugar da pluralidade e de afirmação de liberdade, *locus* privilegiado de circulação da fala, das belas palavras e do registro de feitos. (ARENDR, 1992, p.194).

Um espaço que, ao ser interpretado, libera signos e referenciais de identidades e de cidadania.

4. Linguagens e discursos sobre a cidade: mais um olhar sobre um já conhecido objeto

A identificação da cidade como objeto privilegiado de reflexão e espaço recorrente de intervenção do IPAC/Lda. levou seus pesquisadores, ultimamente, a voltarem mais uma vez suas ações sobre o patrimônio urbano. Por compreender a cidade não apenas como o ideal de bom governo, tampouco como *locus* da inovação, mas, sobretudo como espaço de sociabilidade – inventado pelo urbanismo – e como um

ideal de beleza é que o centro da cidade de Londrina se tornou objeto de um novo trabalho do IPAC/Lda.

O homem, ao reconhecer a cidade como território privilegiado das mudanças e transformações sócio-culturais, age, a um só tempo, no sentido de lhe conferir perenidade e elabora discursos sobre o que nela permanece ou deveria permanecer. É das práticas discursivas sobre o patrimônio e a memória coletiva da cidade que o atual trabalho se ocupa, tendo como questão, nesse tipo particular de leitura, a contradição existente entre tradição e moderno, mas, sobretudo, a constituição de um *campo* que, por meio de linguagens iconográficas e discursivas, expressa luta por *capital cultural e poder simbólico*.

O *corpus* de análise da primeira fase da pesquisa é um conjunto de referenciais patrimoniais e de memória composto por monumentos da área central da cidade e quatorze placas indicativas do *Aqui tem história*. Serão também objeto de análise os projetos de lei que aprovaram a construção dos monumentos e o projeto referente às placas elaborado e executado pela Secretaria de Cultura do Município/Gestão Prefeito Luiz Eduardo Cheida (1993/96).

Numa segunda fase, serão analisadas entrevistas com usuários dos entornos que abrigam os monumentos e os espaços de memória, bem como com alguns transeuntes que passam por esses marcos em seus trajetos pela cidade.

A presente pesquisa dirige um olhar compreensivo sobre a produção de signos que geralmente acompanha a construção material da cidade, por entender que o ambiente urbano se faz presente no cotidiano dos cidadãos que nela vivem, agindo não apenas como formadores de identidades, mas também expressando desigualdades, diferenças e contradições. Mais que isso, busca compreender como os moradores da cidade se relacionam com os referenciais do passado – monumentos e bens patrimoniais –, bem como com o seu entorno: praças, ruas, edificações. Compreensão orientada por uma idéia formulada por Bauman que vê o homem moderno influenciado pela *Unsicherheit*, “*termo alemão que funde experiências para as quais outras línguas podem exigir mais palavras – incerteza, insegurança e falta de garantia*” (BAUMAN, 2000, p. 13).

Com isso se quer dizer que a fruição do patrimônio cultural e da memória, portanto uma relação que os moradores das cidades estabelecem com o passado, é marcada pelas condições do presente que, tanto nas metrópoles como nas cidades de porte médio – Londrina é um caso exemplar desta segunda categoria –, levam os indivíduos a se afastar dos espaços públicos e a se recolher, cada vez mais, ao mundo privado e à intimidade.

Parece, no entanto, persistir a idéia de que, de preferência, as “cidades históricas” – aquelas que concentram linguagens de valor arquitetônico, paisagístico e urbano excepcionais – têm justificadas as análises sobre o seu patrimônio cultural e, por vias de conseqüência, tornam-se referência para a identidade e memória nacionais.

A investigação, que ora realizamos, não deixa de considerar esta concepção, até porque é a *doxa* dominante – orientadora das políticas públicas de preservação e de projetos elaborados por técnicos que atuam na área do patrimônio cultural –, mas se define de outro modo, alargando o conceito. Volta-se para o patrimônio urbano de Londrina, uma cidade de pouco mais de setenta anos de existência, onde a arquitetura de madeira predominou na sua fase de fundação e que nos anos cinqüenta e sessenta do século passado viveu um período de modernismo com a arquitetura de Villanova Artigas e as concepções de urbanismo de Prestes Maia e Burle Max. Ao longo do seu desenvolvimento, Londrina mostra especialmente no seu quadrilátero central – a área projetada pela companhia inglesa que a colonizou – espaço onde realizamos a investigação, um ambiente urbano onde “reminiscências materiais” do passado convivem com construções e intervenções mais recentes, ambiente, hoje, mostrando sinais de decadência em decorrência do intenso uso por parte da população local e regional e da ineficácia da administração pública local em mantê-lo e revitalizá-lo.

Mais precisamente, a pesquisa se concentra nos monumentos históricos edificados no centro da cidade – *xadrez* inicial projetado pela Companhia de Terras Norte do Paraná/ CTNP – e num projeto da Secretaria de Cultura do Município, intitulado *Aqui tem história* que identifica espaços urbanos, também da região central, como referenciais de memória.

Desta feita, temos como núcleo de investigação o patrimônio material, mas como nos ocupamos também de pesquisa documental, textos gravados nos monumentos e espaços identificados como lugares de memória e, ainda o discurso dos entrevistados, necessariamente abordamos também o patrimônio imaterial aqui entendido como representações sobre redes de sociabilidades, modos de vida, acontecimentos, conflitos, contradições, enfim discursos que compõem a memória coletiva.

Mais do que a identificação e descrição de todos esses referenciais, o trabalho busca, de um lado, revelar os signos neles existentes e, de outro, compreender a relação que os habitantes da cidade estabelecem com esses marcos e o seu entorno, interpretando, inclusive, as representações e os sentidos atribuídos a eles no presente e no passado.

Segundo Bauman, as pontes entre a vida pública e a vida privada foram destruídas e o homem contemporâneo é incapaz de pensar a sua liberdade individual como uma conquista coletiva.

“A chance para mudar isso depende da ágora – esse espaço nem privado nem público, porém mais precisamente público e privado ao mesmo tempo. Espaço onde os problemas particulares se encontram de modo significativo – isto é, não apenas para extrair prazeres narcisísticos ou buscar terapia através da exibição pública, mas para procurar coletivamente alavancas controladoras e poderosas o bastante para tirar os indivíduos da miséria sofrida em particular; espaço em que as idéias podem nascer e tomar forma como ‘bem público’, ‘sociedade justa’ ou ‘valores partilhados’ (BAUMAN, 2000, p.10).

É certo que o patrimônio cultural está sujeito a uma carga de valores narcisísticos e de espetacularização, especialmente quando os critérios de notabilização dos bens materiais se prendem à sua excepcionalidade, muitas vezes determinada por um padrão europeu, ou, ainda, por terem sido palco de feitos históricos. Assim sendo, a cidade preservada, não passaria de um conjunto de lugares de exibição pública de signos que expressam o poder do Estado ou de grupos hegemônicos. Esses referenciais agem sim sobre os indivíduos, trazendo-os à cena pública por meio da fruição de uma memória, mitigando, talvez, a “miséria sofrida em particular”. Contudo, é uma ágora incapaz de expressar a pluralidade e a diferença, valores intrínsecos à cultura e à democracia. Um espaço de memória que tende à homogeneização, não permitindo a diversidade e a expressão de contradições e dissenso. É necessário que a notabilização de bens materiais crie espaços que sejam referenciais para os processos identitários baseados em valores e experiências verdadeiramente partilhados.

São essas experiências e valores partilhados que estimulam idéias que podem “tomar forma como bem público” e definir uma nova ágora onde a instituição do direito à memória seja um dos requisitos para a cidadania e uma “sociedade justa”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. et al., 2002, p. 36-42. *Os caminhos do café no Paraná: um programa de política cultural*. In: Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, Evangraf.
- ARANTES, Antônio A. (org.) 1984. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio Cultural*. São Paulo, Brasiliense.
- ARENDDT, Hannah, 1992. *Entre o passado e o futuro*. 3ª ed., São Paulo, Perspectiva.
- BAUMAN, Zygmunt, 2000. *Em busca da política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- BOURDIEU, P. e EAGLETON, T, 1999, p. 265-278. *A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista*. In ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto.

- BOURDIEU, Pierre, 2001. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- FUNARI, P.P.A. e PELEGRINI, S.C.A, 2006. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- HALBWAVHS, Maurice, 1990. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice.
- KERSTEN, Márcia, 2000. *Os rituais do tombamento e a escrita da história*. Curitiba, Editora da UFPR.
- LEFORT, Claude, 1991. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MAGNANI, José Guilherme C., 1984. *Santana do Parnaíba: memória e cotidiano*. São Paulo, CEDEC.
- _____, 1985. *Inventário e Proteção do Acervo Cultural: o enfoque antropológico*. Curitiba, mimeo.
- _____, 1985. *Patrimônio Cultural*. Curitiba, mimeo.
- ORTIZ, Renato, 1983. *Pierre Bourdieu*. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática.